

Senado aprova emenda do gás em primeiro turno

A primeira das cinco propostas da Ordem Econômica teve 60 votos a favor, oito contra e uma abstenção. Hoje, mais duas emendas ficam prontas para ser votadas



Edison Lobão



Eduardo Suplicy

Osmar quer proibir uso de anabolizantes

Projeto que proíbe o uso de anabolizantes com a finalidade de aumentar a massa corporal de animais destinados ao abate foi apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), por considerar que a fiscalização do uso dessas substâncias é inviável no país.



Osmar

Segundo Osmar Dias, certos anabolizantes, empregados de forma correta e dentro de rigorosos critérios técnicos, oferecem reduzidos riscos à saúde humana. Entretanto, o fato de os abatedouros clandestinos e frigoríficos não inspecionados responderem por cerca de 70% da carne consumida no Brasil não recomenda a utilização da substância.

O Senado aprovou na tarde de ontem, em primeiro turno, por 60 votos a favor, oito contra e uma abstenção, a primeira das cinco propostas de emenda constitucional da Ordem Econômica: a que permite aos estados conceder a exploração do gás canalizado a empresas privadas. A emenda também estabelece a necessidade de lei complementar para regulamentar as concessões, além de proibir que a regulamentação se faça por medida provisória.

Os votos contrários foram de senadores do PT, do PDT e do PSB. A matéria terá que ser votada em segundo turno, o que deverá acontecer em agosto, depois do recesso parlamentar de julho. O relator foi o senador Edison Lobão (PFL-MA) e, antes da vota-

ção, o Plenário rejeitou um requerimento de destaque do líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), que queria submeter à votação uma emenda rejeitada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Hoje, mais duas propostas de emenda constitucional terão seu quinto e último dia de discussão em Plenário, ficando prontas para ser votadas: a que retira da Constituição o conceito de empresa brasileira e permite a empresas privadas explorar o subsolo, mediante concessão da União, e a que abre a navegação de cabotagem a navios de bandeira estrangeira. E entra em seu primeiro dia de discussão a proposta de emenda que quebra o monopólio da Telebrás nas telecomunicações do país.

NESTA EDIÇÃO

Matéria do Correio é contestada

Página 3

Juros vão cair, diz presidente do Banco Central

Página 2

Lucídio cobra ação contra a tuberculose

Página 4

Turista ganha visto por 5 anos

O Senado também aprovou ontem projeto de lei da Câmara que aumenta a validade dos vistos para turistas estrangeiros no Brasil de três meses para cinco anos, com direito a permanência no país durante seis meses por ano. Com a aprovação do projeto, que vai agora à sanção presidencial, o Brasil espera obter reciprocidade de outros países que exigem visto de entrada para brasileiros.

Foram aprovadas ainda duas autorizações para empréstimos externos. O pri-

meiro, de US\$ 10 milhões, a ser contraído junto ao BID, serviria para treinamento de pessoal do Itamarati e contratação de consultoria pelo Ministério das Relações Exteriores junto a empresas privadas nacionais e estrangeiras. O outro, de 399 milhões de marcos alemães, seria contratado junto a um consórcio de empresas alemãs e serviria para a construção de um submarino, um sistema sonar e componentes para uma corveta pertencente à Marinha do Brasil.

Plantador de maconha pode perder terras

Projeto que regulamentação a expropriação de terras onde se encontram culturas ilegais de plantas psicotrópicas será apreciado na reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). A pauta da Comissão, de 11 itens, inclui projeto de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE) que fixa o Programa de Habitação para Populações de Baixa Renda.

Também hoje, às 17h, será instalada a comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a nova reedição da MP do Real, a qual deve ser colocada em votação pelo Congresso até a semana que vem, antes do início do recesso parlamentar de julho.

Loyola garante que juros vão baixar

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, a garantia de que o governo pretende implantar até o final do ano uma nova política de depósitos compulsórios para os bancos, capaz de provocar uma queda gradativa nos juros. Gustavo Loyola afirmou a Sarney que esta é uma preocupação do governo e, especialmente, do Banco Central.

Loyola veio ao Senado fazer uma visita de cortesia e aproveitou para agradecer aos senadores a aprovação do seu nome para a presidência do banco.

BID

Os organismos internacionais mantêm uma expectati-

va confiante de que o Brasil prosseguirá favoravelmente com seu plano de estabilização econômica, reforçando assim a posição de toda a América Latina no mercado internacional. A avaliação é do presidente do BID, Enrique Iglesias, que foi recebido ontem em audiência por Sarney.

A idéia de remeter aos municípios a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), atualmente a cargo da União, foi levada ontem a Sarney, na forma de minuta de proposta de emenda constitucional, entregue pelo secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, Antonio Cabrera.

Presidente da Itália é homenageado

O Congresso Nacional realiza hoje às 11h, sessão solene em homenagem ao presidente da Itália, Oscar Luigi Scalfaro. A sessão será presidida pelo senador José Sarney e saudarão o visitante o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o deputado Adylson Motta (PPR-RS), em nome do Senado e da Câmara, respectivamente.

Esta é a primeira vez, depois de 30 anos, que um presidente italiano visita o Brasil, apesar dos sólidos laços de amizade entre os dois países, e da força da presença italiana entre os brasileiros. Segundo a Assessoria de Imprensa da Embaixada da Itália em Brasília, a visita de Scalfaro ao Brasil deve servir de marco a todo um processo de reavivamento das relações políticas e comerciais italo-brasileiras.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h - Preside Sessão Solene em homenagem ao Presidente da Itália, Oscar Luigi Scalfaro.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado Federal.

17h30 - Recebe, em audiência, Maria Luiza Fontenelle - Fórum Nacional de Educação.

18h - Recebe, em audiência, Seiko Suzuki.

20h - Participa de jantar em homenagem ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Local: Residência do Embaixador da Itália.

PLENÁRIO

11h - Sessão Solene

Pauta: Homenagem ao Presidente da Itália, Oscar Luigi Scalfaro.

14h30 - Sessão Ordinária do Senado Federal

Pauta: Propostas de Emenda à Constituição nºs 32/95, que dispõe sobre empresa nacional; 33/95, que abre a navegação de cabotagem a navios de bandeira estrangeira (Estas duas: quinta e última sessão ordinária de discussão, em primeiro turno); e 36/95, que flexibiliza o monopólio das telecomunicações (Primeira sessão ordinária de discussão, em primeiro turno).

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão destacando-se: *PLS nº 92/95 (terminativo), que dispõe sobre isenção do IPI na aquisição de veículos que menciona; *PLS nº 165/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; *PLS nº 114/95 (terminativo), que regulamenta o art. 243 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da CF, que trata da desapropriação de glebas de terras onde forem localizadas culturas ilegais e do confisco de bens de traficantes; *PLS nº 130/95 (terminativo), que isenta do pa-

gamento de tarifas públicas os usuários de renda familiar inferior a dois salários mínimos; e *PLS nº 134/95 (terminativo), que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devidas aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.018/95, que "altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, (Conselho Federal de Educação) e dá outras providências".

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.024/95, "que reduz a alíquota do Imposto de Importação para os produtos que especifica, e dá outras providências".

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.027/95, que "dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras das obrigações para o Real, e dá outras providências".

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente escolha do relator.

17h - Comissão Especial "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

Pauta: Apresentação do relatório parcial da comissão. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial "destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno.

Pauta: Apreciação das emendas apresentadas em Plenário. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Senadores contestam reportagem do *Correio*

Epitácio Cafeteira envia carta ao jornal informando que só viajou depois do encerramento da sessão de sexta-feira e que não foi abordado por repórter

Para Suplicy, salário deve ficar indexado

Até que a economia atinja taxas de inflação anuais inferiores a dois dígitos será importante a existência de mecanismos de ajuste automático dos salários cada vez que o índice acumulado atingir 10%. A sugestão foi feita ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao criticar a "desindexação dos rendimentos do trabalho sem que igual tratamento seja dado aos rendimentos do capital."

Suplicy ressaltou que a indexação dos salários "poderia ser feita para cada categoria funcional, na respectiva data-base, impedindo assim possíveis repasses generalizados de preços".

Júnia pede maior debate sobre reforma

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) sugeriu ontem que a regulamentação dos dispositivos constitucionais que venham a ser alterados pelo programa de reformas do governo se processe através de lei complementar, e não por lei ordinária.

Júnia argumentou que esse procedimento é de extrema importância para que o Congresso possa debater com maior profundidade e decidir com quórum qualificado a participação do capital privado na exploração dos serviços reservados ao Estado pela Constituição.

Júnia Marise sugere até mesmo um plebiscito para a discussão das propostas do governo.



Júnia



Epitácio Cafeteira



Gilvam Borges

Gilvam lamenta morosidade na demarcação de reservas

Lembrando compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em seu discurso de posse, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que a retórica da campanha e da posse foi substituída pelo "silêncio e inação" na esfera da atividade administrativa concreta, "notadamente no que concerne a uma suspeita morosidade na demarcação das terras dos índios".

Gilvam Borges acredita que essa "inércia governamental" fortalece os interesses de empresas de garimpagem, madei-

reiras, fazendeiros e posseiros.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PDT-RO) declarou-se a favor de uma "revisão total" das reservas demarcadas. Para ele, muitas das reservas foram criadas em lugares onde não existem índios apenas para beneficiar grandes empresas em detrimento dos garimpeiros.

A senadora Marina Silva (PT-AC) também protestou contra a proposta do Ministério da Justiça de revisão geral das reservas, por entender que abre a possibilidade de invasão das áreas já demarcadas.

Exigindo que a Imprensa trate o Congresso Nacional e seus integrantes com dignidade, vários senadores manifestaram ontem no plenário repúdio à reportagem publicada nesse domingo (27), pelo jornal *Correio Brasileiro*, qualificando como "gazeteiros" alguns parlamentares que deixavam Brasília na última sexta-feira. O senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA) informou que enviou uma carta ao jornal em que afirma ter a reportagem causado "espanto e constrangimento aos senadores e às suas famílias".

Cafeteira disse ter ficado surpreso ao ver seu nome numa relação de parlamentares que fazem "gazeta" às sessões ordinárias das sextas-feiras no Senado. Ele garantiu que só viajou após o encerramento da sessão e contestou o teor da matéria uma vez que não foi abordado por nenhum jornalista do *Correio Brasileiro* naquele dia.

Já o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) classificou a reportagem de "caluniosa" e fez questão de defender o senador Bernardo Cabral (PP-AM), acusado de ter faltado à sessão do Senado naquele dia. Da mesma maneira, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), lembrou que Cabral esteve presente à sessão, fez um discurso e aparteu seu pronunciamento.

Romeu Tuma (SP) elogiou a iniciativa de "resgatar a honra" de Bernardo Cabral, cuja atuação destacou.

Por sua vez, Bernardo Cabral disse ter procurado o silêncio como resposta. Agradeceu a Borges o "gesto independente" e disse que é boa a fiscalização da imprensa, mas que seria igualmente bom se a imprensa fiscalizasse a si própria também. Cabral lembrou que, desde o início de seu mandato, teve apenas uma falta justificada. Foi no dia 19 de abril último, quando morreu seu irmão.

Suassuna quer acabar com "universidades do crime"

Apresentando dados de estudo realizado por autoridades penitenciárias e policiais sobre as condições do sistema penitenciário brasileiro, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu dois projetos de lei de sua autoria estabelecendo uma política de presídios rurais e permitindo a transferência de criminosos de alta

periculosidade de uma região para outra.

Ney Suassuna sustenta que as medidas propostas possibilitariam o fim das "verdadeiras universidades do crime" em que se transformaram as penitenciárias e desbarataria quadrilhas que são comandadas de dentro das prisões através do telefone celular.



Suassuna



Nabor Júnior

Nabor contra combustível caro no Norte

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) denunciou ontem que o Departamento Nacional de Combustíveis voltou a estudar o fim da política de equalização de preços dos combustíveis, medida que afetará profundamente os estados distantes de refinarias da Petrobrás. Nabor apelou aos ministros das Minas e Energia e da Fazenda para que não aprovelem preços diferenciados por regiões, "uma decisão altamente danosa aos estados amazônicos".

De acordo com fax que ele recebeu da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial e Lacustre, o Departamento Nacional de Combustíveis decidiu, no dia 19, adotar uma primeira fase de seu plano, aumentando para as regiões interiores o preço do gás de cozinha em cerca de 30% e do óleo diesel em 20%. Para a federação, "se concretizada a intenção do DNC, a economia da Amazônia sofrerá um devastador impacto negativo, inviabilizando o sistema produtivo de determinadas áreas".

Tuberculose mata 14 pessoas por dia, alerta Lucídio

A tuberculose, uma doença que por algumas décadas parecia ter desaparecido, voltou a afetar seriamente a saúde pública a ponto de matar por dia 14 brasileiros, alertou ontem o senador Lucídio Portella (PPR-PI). A cada ano, aparecem 90 mil novos casos de tuberculose no Brasil, isto é, ocorre um novo caso a cada seis minutos.

Lucídio Portella lamentou que, apesar da gravidade da doença, a tuberculose "representa apenas média prioridade para o Ministério da Saúde e baixa prioridade

para as secretarias estaduais e municipais de saúde". Segundo ele, um dos caminhos para se superar a doença seria uma ampla campanha

pelo rádio e pela televisão, alertando a população para os sintomas e recomendando que as pessoas procurem os postos de saúde. Quando a doença é detectada em seu início, com-

forme o senador, o portador do bacilo pode ter tratamento apenas ambulatorial, sem necessidade de internação em hospitalar.



Lucídio Portella



Ramez Tebet

Tebet cobra conclusão de ponte no rio Paraná

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou ao governo para que seja revisto o corte de recursos orçamentários que foram destinados às obras da ponte rododiferroviária sobre o rio Paraná, ligando os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

A ponte é parte do projeto da Ferronorte, ferrovia que ligará o porto de Santos ao Centro-Oeste e à Amazônia, e fará conexão com a malha hidroviária dos rios das bacias amazônicas, dos rios Paraná e Paraguai e com o sistema ferroviário da região Centro-Sul.

Ramez Tebet explicou que mais de 60% da ponte estão concluídos, e que o veto orçamentário é "incompreensível".

Segundo o senador, o maior benefício a ser proporcionado por essa ponte será a considerável redução da distância rodoviária entre Mato Grosso do Sul e estados mais ao norte com as principais localidades das regiões Sudeste e Sul. Em aparte, Romeu Tuma acentuou ser "amargo" ver uma obra daquela dimensão paralisada. Tuma acrescentou que todos os pilares de sustentação da ponte estão prontos.

Cabral: Santas Casas pedem socorro ao presidente

O senador Bernardo Cabral (PP-AM) registrou que a Confederação das Santas Casas de Misericórdia enviou documento ao presidente Fernando Henrique Cardoso retratando as dificuldades que estes hospitais enfrentam e pe-

dindo socorro para que superem seus problemas.

O senador lembrou que fez o mesmo alerta em discurso, na semana passada, advertindo para o "abismo falimentar" em que se encontram as Santas Casas de todo o país.

TV Senado entra no ar em agosto

Até o final de agosto a TV Senado deverá entrar em operação. O sinal será oferecido a todos os assinantes de televisão a cabo, através da operadora Net-Brasil, apresentando uma programação voltada para as atividades regu-

lares do Senado Federal.

A revelação foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, durante a audiência que concedeu ao presidente da Rede Vida de Televisão, João Monteiro.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Cêlio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.